

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO CONJUNTA DE CÂMARAS**

**Sessão realizada por teleconferência por meio da plataforma Microsoft Teams,  
conforme Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020 (Artigo 12, Inciso I)**

01	Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas,
02	realizou-se a 12ª Sessão Conjunta de Câmaras, por meio virtual, conforme Decreto
03	59.283/2020 (artigo 12, Inciso I), sob a presidência da <b>Conselheira Karen Martins de</b>
04	<b>Andrade - Presidente da Câmara de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino</b>
05	<b>Médio – CAFEM do Conselho Municipal de Educação - CME.</b> Contou com a presença
06	das Conselheiras Titulares Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Emília Maria Bezerra
07	Cipriano Castro Sanches, Maria Cecília Carlini Macedo Vaz, Marina Graziela Feldmann
08	e Neide Cruz, e dos Suplentes Fátima Aparecida Antonio, João Alberto Fiorini Filho,
09	Luci Batista Costa Soares de Miranda, Lucimeire Cabral de Santana, Maria Adélia
10	Gonçalves Ruotolo e Silvana Lucena dos Santos Drago. No <b>Expediente da Presidência,</b>
11	a <b>Conselheira Karen Andrade</b> deu boas-vindas a todos e justificou ausência das
12	Conselheiras Titulares Fátima Cristina Abrão, Sueli Aparecida de Paula Mondini e da
13	Conselheira Suplente Helena Singer, registrando os Suplentes João Alberto Fiorini
14	Filho e Silvana Lucena dos Santos Drago, respectivamente, no exercício da
15	titularidade. Em, seguida declarou aberta a 12ª Sessão Conjunta de Câmaras e
16	colocou em discussão a 11ª ata da Sessão conjunta de Câmaras, que foi aprovada. Na
17	sequência comentou que a pedido da Conselheira Rose Neubauer, gostaria de
18	terminar a exposição sobre os itens do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021,
19	porque nas próximas sessões de Câmaras e Pleno, o assunto será voltado para o
20	Ensino Médio. Solicitou a projeção em tela dos documentos sobre <b>“Escolaridade”</b> , o
21	qual seria um estudo feito pela Conselheira Vera Wey, que justificou a ausência
22	devido a um tratamento de saúde. Começa explicando que a meta do PNE seria elevar
23	o tempo de estudos para a população da faixa etária de 18 a 29 anos, para 12 anos,
24	que são considerados uma população já adulta e em tempo de ter concluído a
25	educação básica. Esse olhar deve estar focado para um grupo mais vulnerável, como :
26	população do campo, região de menor escolaridade, os 25% mais pobres e igualar a
27	escolaridade média entre negros e não negros. Na sequência exibe um gráfico que
28	aponta que no Brasil, em 8 anos, a escolaridade média teve um ganho de dois anos de
29	estudos. Nas áreas rurais, a escolaridade média ainda é pouco superior aos 10 anos.
30	Na média da escolaridade dessa população (18 a 29 anos) em termos de Brasil, pode-
31	se verificar que houve um crescimento, de 2012 a 2020, destacando-se as cidades de
32	São Paulo e o Distrito Federal, que tinham um ponto de partida igual ao da média do
33	Brasil. Em seguida exibiu um gráfico onde há um comparativo das áreas urbanas e
34	rurais de 2012 e 2020 e também um comparativo por unidade da federação e renda e
35	unidade da federação raça/cor. O Sistema Educacional Brasileiro reproduz as

36 desigualdades sociais, o que é importante evidenciá-las para definir políticas e  
37 garantir equidades. Quanto maior o tempo de permanência na escola, maior  
38 oportunidade de trabalho e logo, mais renda a população terá. A próxima  
39 apresentação “Alfabetização 15 anos ou mais” foi apresentada em tela pela  
40 **Conselheira Rose**. Explica que a meta do PNE era elevar a taxa de alfabetização da  
41 população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e até o final da vigência do PNE,  
42 erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo  
43 funcional. O que mais chama a atenção nesse slide é que 0,3% é a proporção de  
44 analfabetos entre a população com mais de 15 anos dos domicílios mais ricos e entre  
45 os mais pobres são 7,7% aqueles que não sabem ler ou escrever o próprio nome. E  
46 também 84,4% dos que habitam em áreas rurais e tem idade igual ou maior de 15  
47 anos são alfabetizados. O mesmo vale para 85,6% da população localizadas em áreas  
48 urbanas. Analisando os gráficos, conclui-se que há uma grande população de pessoas  
49 que não foram alfabetizadas nos anos 50 ou 60. No INAF Indicador de Analfabetismo  
50 Funcional, já mostra uma divisão entre funcionalmente alfabetizados e analfabetos  
51 funcionais, a maior parte dos funcionalmente alfabetizados estão na faixa  
52 intermediária ou elementar, já a maioria das pessoas analfabetas funcionais estão no  
53 nível rudimentar de alfabetização, em que são capazes de lidar com textos curtos,  
54 como bilhetes e anúncios. A próxima apresentação foi com a **Conselheira Lucimeire**,  
55 **“EJA”** que elaborou **juntamente com as Conselheiras Sueli e Silvana**. Inicia explicando  
56 que a meta da EJA é oferecer, pelo menos 25% das matrículas de jovens e adultos na  
57 forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio. É  
58 bastante impactante e difícil atender a toda essa demanda de estudantes, os desafios  
59 são muitos. Deve-se expandir a oferta do programa da EJA, ampliar a oferta da EJA  
60 integrada à Educação Profissional, para além dos conteúdos de ensino fundamental e  
61 do médio, devem ser contemplados o Desenvolvimento Humano e a Participação  
62 Social. Existem Unidades Federativas que não oferecem a EJA integrada à Educação  
63 Profissional, como Roraima, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Santa  
64 Catarina e o Distrito Federal. Também há outros estados que oferecem um número  
65 muito pequeno e não atinge um percentual necessário. Pelos gráficos, São Paulo,  
66 mesmo ofertando EJA integrada à Educação Profissional, ainda está distante de  
67 atender ao ideal. Os números são pequenos tanto no ensino fundamental como no  
68 médio. **A Conselheira Silvana** comenta que é necessário um olhar também para os  
69 estudantes de 20 a 24 anos que apresentam altos índices de desistência e abandono,  
70 não conseguindo dar continuidade aos estudos e são jovens que tem necessidades  
71 urgentes e também é urgente oferecer um curso que atenda à essas necessidades.  
72 Dando sequência à apresentação, a **Conselheira Lucimeire** projeta em tela a próxima  
73 página, sobre a **Educação Profissional**, cuja meta é triplicar as matrículas da Educação  
74 Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta pelo menos  
75 50% de expansão no segmento público. Na trajetória de ascendente de matrículas  
76 2009, foi 11.6 de matriculados à 2020, aumentando para 19.1 de matriculados.  
77 Conclui que ainda há muita discussão para quem se deve oferecer o Ensino Técnico e

78 citou o exemplo da Finlândia, que tem um índice de 77% de oferta de cursos de  
79 ensino técnico, e porque o Brasil tem uma oferta tão pequena dessa modalidade de  
80 ensino, há um preconceito com a formação técnica como se ela impedisse o alunos de  
81 dar continuidade a um curso superior ou que a formação técnica tenha um impacto  
82 inferior na organização futura da vida das pessoas. Na próxima apresentação “**Ensino**  
83 **Superior**”, foi apresentado pela **Conselheira Marina**. Começa explicando que o  
84 trabalho foi elaborado juntamente com as Conselheiros **Emília Cipriano e João Fiorini**.  
85 Em seguida apresenta em tela o item número 1. Acesso ao Ensino Superior – em  
86 relação à população com faixa etária entre 18 a 24 anos que frequentaram o Ensino  
87 Superior entre os anos de 2012 a 2020, no geral houve um crescimento de 7,2% . No  
88 quadro de desempenho por região, conforme análise: **1º**- destaque para a região Sul,  
89 com 28,9% de frequência, **2º** destaque: região Centro Oeste, com 28,2% de  
90 frequência, com destaque para os estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e  
91 Mato Grosso do Sul, **3º** destaque : região Sudeste com 25,8% de frequência, **4º**  
92 destaque : região Norte, com 21,7% de frequência, **5º** destaque : Nordeste, com  
93 18,2% de frequência. A região que apresentou melhor índice em relação ao acesso ao  
94 Ensino Superior no Brasil entre 2012 e 2020, foi a região Sul, com 21,5% no ano de  
95 2012 e alcançando a taxa de 28,9% em 2020. Já o menor índice em relação ao acesso  
96 ao Ensino Superior no Brasil, foi na região Nordeste, com 11,5% no ano de 2012 e  
97 18,2% no ano de 2020. **2º** -Na Formação e Corpo Docente na Educação Superior no  
98 Brasil, há um crescimento de 83,4% de Mestres e Doutores e 45,6% de Doutores e na  
99 região Sul, novamente apresenta um maior desempenho com um total de 85,9% de  
100 Mestres e Doutores e 48,3% de doutores. O menor desempenho nesta categoria é na  
101 região Norte, com um total de 78,0% de mestres e doutores e 37,5% de doutores. **3º** -  
102 Na Formação e Titulação Mestres e Doutores (2010-2019) no Brasil totalizaram-se  
103 68.877 Mestres titulados e 24.290 Doutores titulados, com destaque para o Estado de  
104 São Paulo, com 14.488 Mestre titulados e 13.142 Doutores titulados no geral. Já o  
105 menor rendimento fica com o Estado do Amapá, com 132 Mestres titulados e 16  
106 Doutores titulados. Em suas muitas considerações, a Conselheira Marina finaliza que  
107 desta forma, a discussão de políticas públicas de educação, não dissocia-se do pensar  
108 a condição humana e as relações culturais e contextuais entre todos os sujeitos  
109 envolvidos no processo do ensinar e do aprender, tomando como ponto de partida a  
110 educação como bem universal e direito de todos e todas. **A Conselheira Rose**  
111 destacou um ponto, que a Educação Superior parou de crescer em determinados anos  
112 porque havia muita gente fora da escola e as políticas públicas vieram para abrir  
113 maiores oportunidades para o ensino básico e médio onde houve então uma fase de  
114 aceleração. Na próxima apresentação “**Formação de Professores**” a **Conselheira**  
115 **Marina** projeta em tela a meta 15, que tem como objetivo garantir, em regime de  
116 colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de  
117 um ano de vigência do PNE, política nacional de Formação dos Profissionais da  
118 Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art.61 da Lei nº 9.394,  
119 assegurando que todos os professores da Educação Básica possuam formação  
120

121	específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento
122	em que atuam. Após a leitura do trabalho, <b>A Conselheira Silvana</b> comenta que,
123	olhando essa perspectiva de Formação de Professores e vendo a dificuldade que esses
124	professores estão encontrando ao se formar é o quanto a rede precisa oferecer a
125	formação para compensar as muitas formações que não foram abordadas na
126	formação inicial e isso tudo é muito preocupante. <b>A Conselheira Rose</b> comentou que
127	o Ensino a Distância também tem que ser aprimorado. Em seguida, pede desculpas e
128	interrompe a reunião, devido aos próximos assuntos exigir um tempo especial para
129	ser discutido, ficando para a próxima sessão. Nada mais a tratar, a <b>Presidente</b>
130	<b>Conselheira Karen Martins de Andrade</b> agradeceu a presença e colaboração de todos
131	e encerrou a Sessão. A Ata foi lavrada por Jacqueline A M Tripoli dos Santos e o
132	comprovante de participação na teleconferência será utilizado como lista de
133	presença. São Paulo, 02 de setembro de 2021.

**Sessão realizada por teleconferência por meio da plataforma Microsoft Teams,  
conforme Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020 (Artigo 12, Inciso I)**

**SESSÃO CONJUNTA DE CÂMARAS**

**REUNIÃO DO DIA 02/09/2021**

**Horário: 16h**

**PRESENÇA DOS CONSELHEIROS**

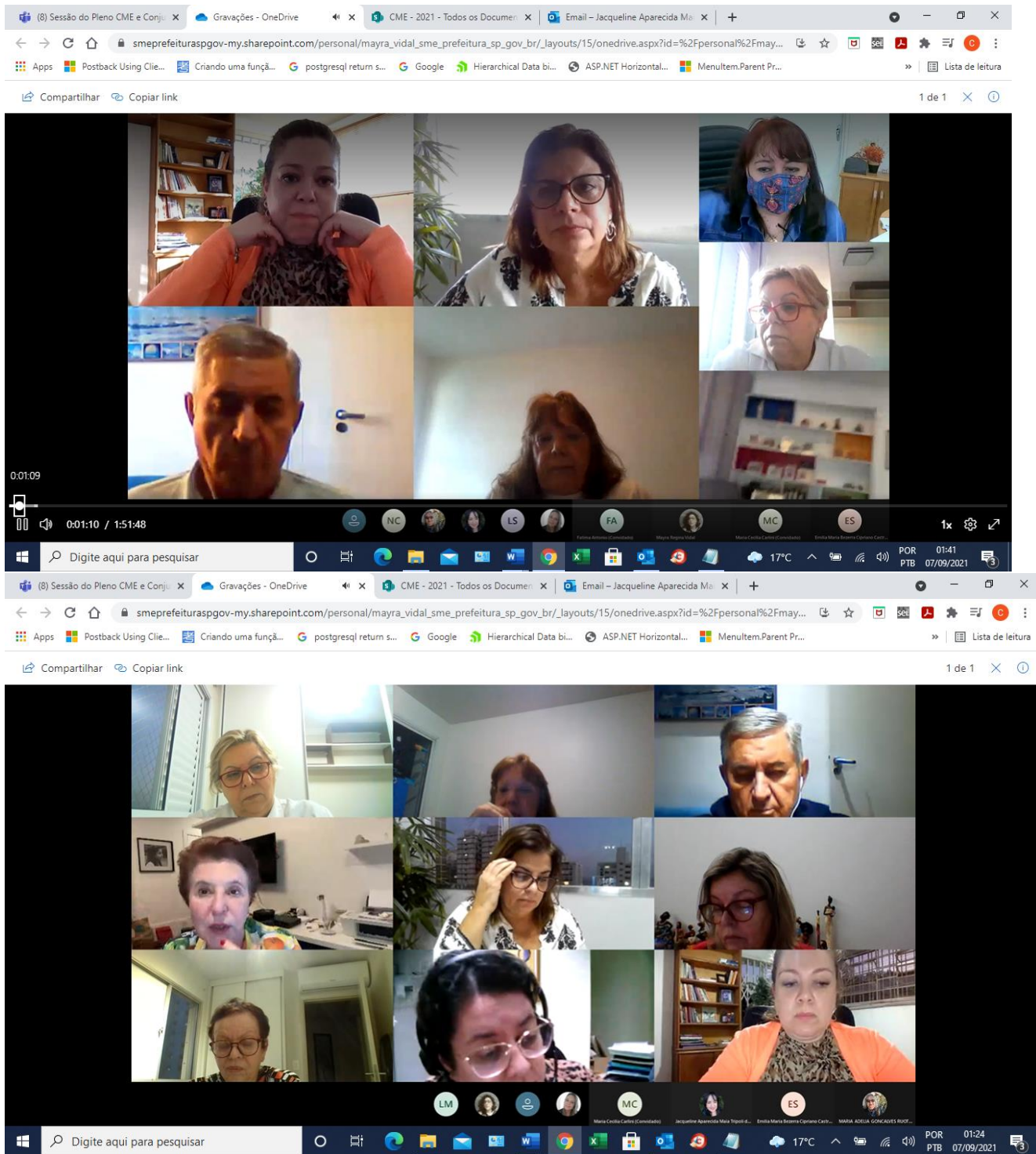
**CONSELHEIROS TITULARES:**

1. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
2. Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches
3. Karen Martins de Andrade
4. Maria Cecília Carlini Macedo Vaz
5. Marina Graziela Feldmann
6. Neide Cruz (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
7. Sueli Aparecida de Paula Mondini (Vice-Presidente CME)
8. Teresa Roserley Neubauer da Silva (Presidente CME)

**SUPLENTE:**

1. Fátima Aparecida Antonio
2. João Alberto Fiorini Filho (No exercício a titularidade)
3. Luci Batista Costa Soares de Miranda
4. Maria Adélia Gonçalves Ruotolo
5. Silvana Lucena dos Santos Drago (No exercício da titularidade)
6. Vera Lucia Wey

# Ata da 12ª Sessão Conjunta de Câmaras – 02/09/2021



# Ata da 12ª Sessão Conjunta de Câmaras – 02/09/2021

